

Indivíduo & Ambiente**Uma introdução à psicologia ambiental****Gabriel Moser**

Esta obra é, sem dúvida, grandemente devedora aos numerosos trabalhos desenvolvidos, a partir de fins da década de 70, no Laboratório de Psicologia Ambiental (CNRS e Universidade Paris-Descartes), unidade de pesquisa criada por Claude Lévy-Leboyer, que introduziu essa disciplina na França e contribuiu para a inclusão de uma divisão de psicologia ambiental na Associação Internacional de Psicologia Aplicada. Ficam aqui os nossos calorosos agradecimentos aos pesquisadores que, num momento ou noutro, trabalharam juntos no laboratório: Sarah Amador, Anne Badoux, Ghazlane Bahi-Fleury, Laure Barthélémy, Yvonne Bernard, Jean-Marc Bernard, Aimée Casal, Christophe Castano, Kevin Charras, Ludvina Colbeau-Justin, Rebeca Contreras, Denis Corroyer, Bernardette de Vanssay, Sandrine Depeau, Yves Duron, Marie Féliot-Rippeault, Noëlle Girault, Elisabeth Guillou-Michel, José Gomez, Alain Legendre, Philippe Lidvan, Dorothée Marchand, Véronique Naturel, Oscar Navarro, Claude Pineau, Thierry Ramadier, Eugénia Ratiu, Monique Robin, Elena Sautkina, Yannick Savina, Michelle Veysière e Karine Weiss.

a Didi,
Georges, Gaspard,
Grégoire e Eugénia

A psicologia ambiental é tema pouco familiar. Aos olhos do leigo, a psicologia é tradicionalmente algo que diz respeito ao indivíduo em seu funcionamento íntimo, seu desenvolvimento, sua singularidade e sua relação com os outros. Mas, apesar de a maioria das pessoas compreender facilmente a importância do contexto social, ambiental e temporal, quando se trata do indivíduo, parecer-lhes-á muito menos habitual o afirmar, como faz o psicólogo ambiental, que é impossível compreender o indivíduo sem levar em conta o contexto ambiental, social e temporal, onde ele percebe, dá sentido e interage com o mundo. Como Bernard Wilpert recentemente sublinhou: *“Without wanting to minimise the importance of any of the cherished psychological disciplines: the intrinsic characteristic of psychological phenomena as being always related to the ‘world of things’ (Graumann, 1974) in its widest sense (physical or social givens) makes all psychological sub-disciplines appear like children in the embracing family of environmental psychology”* (Wilpert, 2006)¹

O ambiente é o espaço vital do indivíduo, é o seu habitat. O ser humano povoa todos os ambientes possíveis da Terra, tanto as regiões frias como as paragens quentes, e até mesmo ambientes ditos extremos. De fato, os desertos e a crosta polar constituem um habitat para aqueles que souberam adaptar-se às condições amplamente hostis.

Tradicionalmente o homem vive em simbiose com o ambiente, ele o cultiva, o utiliza e o adapta às suas necessidades, encontrando nele os meios de sobrevivência. Em outros termos, ele ambiciona controlá-lo, isto é, dominá-lo nos aspetos indispensáveis à sua sobrevivência.

Quem analisa atentamente a relação do homem com o seu ambiente, facilmente será levado a formular as seguintes questões:

- De que maneiras as características ambientais, tanto naturais como modificadas pelo homem, influem nos comportamentos (estresse, restauração)?
- Como é que o homem percebe, avalia e representa o ambiente construído ou natural onde ele está (percepção, avaliação, representação)?
- Quais são as relações que o indivíduo mantém com o seu habitat, seu meio natural?
- Quais são as principais necessidades em matéria de arranjo do espaço, de conforto, de qualidade de vida (habitação, área de trabalho, escola, lugares de lazer...)?
- Quais são as condições em que os indivíduos agem em prol do ambiente e do desenvolvimento sustentável, engajando-se em comportamentos ecológicos?

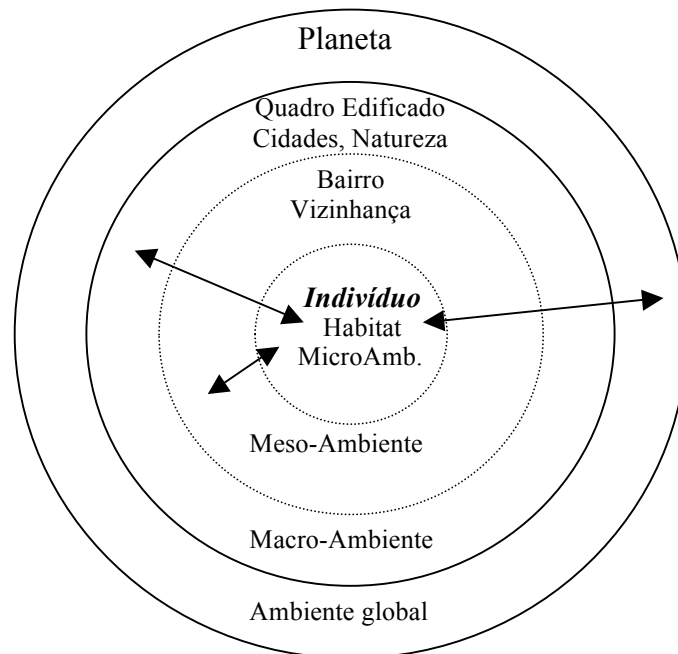
A psicologia ambiental é uma disciplina jovem que se deve posicionar entre os demais campos da psicologia. Nas páginas que se seguem, iremos delimitar, antes de tudo, o campo da psicologia ambiental, a sua especificidade, e propor uma definição. A seguir, ocupar-nos-emos das abordagens teóricas e dos métodos usados neste domínio.

Nos capítulos seguintes, serão examinadas, cada uma por seu turno, as relações do indivíduo com os diversos espaços concêntricos que o rodeiam: o habitat, os espaços

¹ Sem querer minimizar a importância de qualquer das disciplinas psicológicas tão valorizadas: o fato de que a característica inerente aos fenômenos psicológicos se relacione sempre com o ‘mundo dos objetos’ (Graumann, 1974), em seu sentido mais amplo (flexibilidade física ou social), faz com que todas as subdisciplinas psicológicas apareçam como crianças na extensa família da psicologia ambiental” (Wilpert, 2006).

de proximidade (o bairro, a vizinhança), os espaços urbanos e naturais e o ambiente global (cf. Figura 1).

Figura 1: Os espaços concêntricos da interação indivíduo-ambiente



Em cada um destes níveis de espaços, a relação indivíduo-ambiente é abordada em sua especificidade, na medida em que esses espaços diferentes implicam modalidades de interação particulares e problemáticas singulares. Ao nível do habitat, o domicílio pessoal remete à privacidade e à identidade; o nível do mesoambiente diz respeito à partilha dos espaços de proximidade e dos espaços abertos ao público. Ao nível macro ambiental, serão abordados a exposição aos danos, o sentimento de pertença, a apropriação e a cidadania; e, ao nível do ambiente global, o compromisso com comportamentos compatíveis com um desenvolvimento sustentável.

Um último capítulo será consagrado às perspectivas da psicologia ambiental, pondo em evidência a qualidade de vida numa ótica de desenvolvimento sustentável.

1 – CONTORNOS DE UMA DISCIPLINA

1.1. – Breve história da disciplina, contribuições e utilidade

1.2. – Especificidade e posição em relação às outras disciplinas

1.3. – Psicologia social e ambiente

1.4. – As dimensões culturais e temporais

O ambiente não é mera decoração. A maior parte dos estudos de psicologia tratam-no, contudo, como sendo uma decoração, com que é preciso fazer combinação, e consideram-no, quando muito, como variável desordenadora (parasita) dos fenômenos estudados.

Goffmann, na sua obra sobre a encenação da vida quotidiana (Goffman, 1971, tomo 2, as relações em público), demonstrou acertadamente como os indivíduos se comportam de modo diferente conforme o lugar e as pessoas que tem de enfrentar. Quando se trata de compreender as percepções, as atitudes e os comportamentos humanos, tais quais se manifestam na vida quotidiana, é crucial levar em conta a dimensão ambiental física e social. O ambiente, sem as pessoas que “o habitam”, torna-se também uma decoração vazia de sentido, sem significado. É assim que os monumentos históricos adquirem seu sentido mediante o que nós sabemos da história, isto é, mediante o que eles significaram para aqueles que os ergueram e para os que ali se perpetuaram.

A importância que a psicologia ambiental atribui ao ambiente e à relação do indivíduo com ele, é particularmente bem ilustrada por estas três abordagens: a concepção de Barker (1968), a concepção de Gibson (1979) e a de Getzel (1975).

Para Barker, um edifício com uma torre não se torna um lugar de culto senão por meio daquilo que ali acontece e daquilo que ali fazem as pessoas que o utilizam (cf. Barker, 1968). Barker considera os comportamentos dos indivíduos e o seu ambiente imediato como interdependências e não como elementos independentes.

Para Gibson, o ambiente é um “provedor de meios”. O ambiente fornece-nos oportunidades e regras (“affordances”, Gibson, 1979) que cada um é livre de utilizar. As possibilidades comportamentais e os meios que o indivíduo tem à sua disposição num ambiente determinado, dependem da percepção que ele tem desse ambiente, percepção que depende, também ela, das características individuais dele e das suas aspirações.

Para Getzel, a relação que o indivíduo pode ter com o ambiente, é complexa; depende tanto do indivíduo como do ambiente como tal. O ambiente está culturalmente definido. Em virtude disso, ele é portador de significados que constituem uma parte importante das ações do indivíduo. Segundo Getzel (1975, p. 12), *‘Our vision of human nature finds expression in the buildings we construct, and these constructions in turn do their silent yet irresistible work of telling us who we are and what we must do’*²

² A nossa visão da natureza humana se expressa naquilo que construímos e, por seu turno, o que construímos, cumpre a sua tarefa silenciosa, porém irresistível, de nos contar o que somos e fazemos.

1.1. – Breve história da psicologia ambiental, contribuições e utilidade

Surgida no início dos anos setenta nos países anglo-saxões, a psicologia ambiental esteve, nas origens, intimamente ligada, em seus desenvolvimentos, à psicologia social; e atraiu um número notável de psicólogos sociais (cf. Proshansky & al., 1970; Bell, Green, Fischer & Baum, 1996). Deixando de lado Altman nos Estados Unidos e Bonnes e Secchiarioli na Europa, a psicologia social já não é atualmente tida como principal referência geradora de modelos na psicologia ambiental. Na medida em que estuda as inter-relações do homem com seu ambiente físico e social, a psicologia ambiental está unida à psicologia social por laços de filiação. Porém, não se trata de filiação única. Não é só o conjunto da psicologia, são também outras disciplinas que abordam as questões ambientais, que alimentam, com seu saber e conhecimentos, a pesquisa neste domínio.

O desenvolvimento da psicologia ambiental foi fortemente influenciado, em seus começos, pelas questões suscitadas pelos arquitetos, pelos urbanistas e por outros profissionais do arranjo dos espaços construídos. Mas a lógica das relações indivíduo-ambiente é aplicável muito além do arranjo de tais espaços. A psicologia ambiental está apta a contribuir significativamente, mediante a engenharia socioambiental, para a solução dos grandes problemas da sociedade que têm plena atualidade no quadro das exigências do desenvolvimento sustentável (Moser, 2002). Efetivamente, o bem-estar do indivíduo, elevado a prioridade no relatório Brundtland (1987) sobre o desenvolvimento desejável para os anos vindouros, interpela diretamente a psicologia ambiental, no Século XXI, e favorece um vaivém constante entre teoria, análise e aplicação, contribuindo assim para a tomada de decisões em matéria de ambiente.

A psicologia ambiental é por vezes considerada, sem razão, como aplicação dos conhecimentos da psicologia geral a problemas da sociedade. Trata-se, muito pelo contrário, de uma abordagem original que, ao longo do seu desenvolvimento, soube afirmar-se como disciplina de pleno direito. Procedendo por método essencialmente indutivo, a psicologia ambiental constrói-se em constante confronto com a realidade e a complexidade da área.

1.1.1 As principais raízes da psicologia ambiental

(1) 1900-1950: os precursores (Brunswick, Tolman, Lewin).

Brunswick foi o primeiro a utilizar o termo “psicologia ecológica”. Ele enfatizou os processos perceptivos e as representações perceptivas próprias do indivíduo (variabilidade das representações pessoais). O peso dado a cada informação, a sua probabilidade e a maneira como as diferentes informações são coordenadas dão um caráter singular à interpretação.

Tolman, no que lhe diz respeito, preconiza uma abordagem global que levaria em conta processos mediadores, as etapas cognitivas intermediárias. Durante a aprendizagem, constroem-se estruturas *cognitivas*. Estes princípios estão na origem do conceito de cartas mentais.

Lewin (1936) situa o indivíduo num campo de forças de valência positiva ou negativa no qual está integrado o espaço físico. Para a teoria do campo, o ambiente é uma

malha de forças que se fazem sentir sobre o indivíduo. Lewin considera o comportamento como sendo a resultante da interação do indivíduo com o ambiente.

(2) 1950 – 1960: Os discípulos de Lewin (Barker, Wright e a psicologia ecológica).

Barker define o *behavior setting*³ como uma unidade ecológica que inclui os comportamentos desenvolvidos num lugar determinado (normas de comportamentos) e as características físicas desse lugar, nomeadamente a disposição e a sua capacidade de acolhimento. O indivíduo tem atitudes diferentes em função do lugar em que se encontra e, segundo o que sabe sobre esse lugar, regula o seu comportamento.

(3) 1960 – 1970: os primeiros desenvolvimentos.

Proshansky, Ittelson, Rivlin, ressaltam o papel terapêutico do ambiente físico sobre as doenças mentais.

No mesmo período, Lynch interessou-se pela imagem da cidade e pela maneira como as referências físicas são utilizadas na construção dessa imagem.

Sommer desenvolveu a noção do espaço pessoal e interessou-se pela regulação da intimidade por intermédio da conservação e defesa de uma distância mínima do outro.

(4) A partir de 1970: verdadeiro nascimento da psicologia ambiental.

Os primeiros manuais consagrados a este campo foram publicados no mundo anglo-saxão na década de setenta: Proshansky e colaboradores em 1970 e 1974, Craig em 1973.

1.1.2 Os desenvolvimentos na Europa

Na Europa, a psicologia ambiental nasceu sob o impulso do contexto institucional. Na Inglaterra, Suécia, Dinamarca e Países Baixos, ela se desenvolveu por via das problemáticas levantadas pela arquitetura e, na França, Itália e Alemanha, como corrente independente (Pol, 1993).

A psicologia ambiental constituiu-se gradualmente em disciplina no contexto de uma emergência de problemas sociais e ambientais. De fato, na maioria dos países, o pós-guerra caracterizou-se por uma aceleração do crescimento econômico e por um grande êxodo rural. Tornaram-se cada vez mais extensas as unidades urbanas de tipo 'aglomeração'. Nesse contexto, arquitetos e urbanistas voltaram-se para as ciências à procura de meios que permitissem analisar e controlar o desenvolvimento urbano. Os sociólogos foram os primeiros a serem solicitados a fim de que se resolvessem os problemas criados pelas edificações massivas das quais tinham sido mal avaliados os efeitos negativos.

Conjuntamente, outros arquitetos voltaram-se para as ciências humanas, no intuito de que elas os ajudassem a melhorar os processos de concepção ou criação de projetos. Fala-se então de "psicologia arquitetural" (Canter, 1970). A Inglaterra é o melhor exemplo do desenvolvimento da psicologia ambiental, relacionado com o meio da arquitetura. Foi na Universidade de Guildford, na Inglaterra, que se criou o B.P.R.U.

³ [NT] Seguindo a sugestão de Pinheiro (2011), mantivemos o termo *behavior setting*, ao invés de usar uma das múltiplas aproximações em Português.

(Building Performance Research Unit) que reuniu arquitetos e psicólogos. É igualmente a partir da demanda dos arquitetos que a psicologia ambiental se iria desenvolver nos países nórdicos, especialmente com Gärling e Sivik da Universidade de Lund.

Na França, a psicologia social, a psicologia da criança e a psicologia geral experimental se interessaram pela dimensão ambiental. Por esse motivo, o desenvolvimento da psicologia ambiental é consideravelmente independente dos arquitetos. Foi necessário esperar dez anos para surgirem as primeiras obras em francês. A publicação em 1980, por Claude Lévy-Leboyer, da primeira obra de síntese em língua francesa, *Psychologie et environnement*, seguida, no ano seguinte, pela *Introduction à la Psychologie de l'environnement* de Jean Morval, é que permitiu a esta disciplina reivindicar a sua especificidade. Em 1992, juntou-se-lhes a obra de Gustave-Nicolas Fischer, *Psycho-sociologie de l'environnement*.

Na Itália, são os psicólogos sociais da universidade de Roma (Mirilia Bonnes) quem originou os primeiros estudos. Na Alemanha, foi a orientação geral da psicologia que marcou a psicologia ambiental por meio da abordagem experimental (Gerhard Kaminski, estudo dos deslocamentos) e da abordagem fenomenológica e ecológica (Carl Graumann e Lenelis Kruse). Atualmente, a Espanha, especialmente com Enric Pol, José-Maria Corraliza, Juan-Ignacio Arragonés, Bernardo Hernández e Ricardo Garcia, apresenta um forte potencial de desenvolvimento.

1.1.3 Ancoragens institucionais da psicologia ambiental

A institucionalização internacional da psicologia ambiental revela claramente o caráter interdisciplinar da abordagem da relação indivíduo-ambiente. De fato, as associações são amplamente pluridisciplinares, compreendendo psicólogos, sociólogos, geógrafos, ecólogos, mas também arquitetos, urbanistas e paisagistas:

- I.A.P.S. International Association for People Environment Studies (Europa, internacional)
- E.D.R.A. Environmental Design Research Association (USA)
- M.E.R.A. Man Environment Research Association (Ásia-Pacífico)
- P.A.P.E.R. People and Physical Environment Research (Japão)

Em definitivo, a nível internacional, só a divisão de Psicologia ambiental da I.A.A.P. (International Association of Applied Psychology) agrupa ambientalistas procedentes exclusivamente da psicologia.

1.1.4 Revistas periódicas

Há seis periódicos científicos à disposição dos pesquisadores e dos que atuam na área das relações indivíduo-ambiente:

- *Environment and Behavior*, 1969 (fundado por membros da EDRA)
- *Population and Environment*, 1978 (American Psychological Association; APA)
- *Journal of environmental psychology*, 1981 (fundado por membros da IAPS)

- *Journal of architecture planning and research*, 1984 (Universidade de Texas)
- *Architecture & Behaviour*, 1988-1997 (Universidade de Lausanne)
- *Medio Ambiente y Comportamiento*, 2000 (Universidade de Laguna, Canárias), atualmente denominado *Psyecology*

Na realidade, dentre estas revistas, só o Journal of Environmental Psychology (JEP) é monodisciplinar.

1.2 – Especificidade e posição em relação às outras disciplinas

O termo ambiente designa o conjunto de condições físicas, químicas, biológicas, socioculturais e econômicas que nos rodeiam. Daí, não é de surpreender que numerosas disciplinas, tanto das ciências da vida como das ciências humanas, participem na descrição e análise dos fenômenos ambientais. Qual é, portanto, o lugar da psicologia ambiental entre as disciplinas que se ocupam do ambiente?

1.2.1 Identidade da psicologia ambiental

A psicologia ambiental tem como centro o indivíduo em sua relação com o ambiente no qual, por definição, a relação com outrem está incluída, seja qual for a escala da análise. Neste sentido, a psicologia ambiental está próxima da psicologia social, mas, ao mesmo tempo, incluindo sempre as dimensões físicas do ambiente, ela se distingue claramente dos objetivos científicos de uma psicologia social. Estudando conjuntamente os comportamentos e cognições do indivíduo em termos de densidade (conceito do ambiente físico) e de apinhamento (conceito do ambiente social), ela se situa decididamente numa lógica mais vasta e global, pondo em relação esses dois aspetos do ambiente.

Em consequência da particularidade e complexidade do seu objeto, ela teve de se dotar de instrumentos teóricos e metodológicos originais. As análises no que se refere ao “*behavior-setting*” ou à “*transação indivíduo-ambiente*”, são abordagens teóricas específicas da psicologia ambiental. Do mesmo modo, ela elaborou no seu âmbito numerosos conceitos originais, tais como “*cognição ambiental*”, “*mapa cognitivo*”, “*intimidade*” ou “*privacidade*”, “*história residencial*”, “*identidade ambiental*”, “*identidade do lugar*” ou “*sentimento de densidade*”. Os métodos empregados são, com frequência, ecléticos, excetuado o leque de técnicas de coleta e análises de dados provenientes dos diversos domínios da psicologia. Ela cria os seus próprios instrumentos para abordar conceitos específicos e/ou para trabalhar, a vários níveis ao mesmo tempo (o habitat, o bairro, a cidade), multiplicando as abordagens, procedimento pouco habitual na psicologia tradicional.

Mesmo que os processos sociais se mostrem mais importantes pela razão de que a escala da análise em psicologia ambiental é mais molar e global, a relação do indivíduo com o ambiente em sua dimensão física está sempre presente. Assim, ao nível global, o estudo dos comportamentos a favor da preservação dos recursos naturais e a gestão dos comportamentos em face dos riscos naturais, não podem abstrair da relação do indivíduo com o ambiente.

A psicologia ambiental diferencia-se da ecologia na medida em que a ecologia se interessa pelo sistema, enquanto a psicologia ambiental enfatiza a relação do indivíduo com esse sistema. O termo *ecologia*, introduzido no século XIX por Ernst Haeckel, um naturalista alemão, designa a parte da biologia que trata das relações dos seres vivos entre si e com o meio onde vivem e se reproduzem. O homem é tido como parte da preocupação da ecologia. O principal objetivo da ecologia é o estudo dos ciclos da vida e do seu equilíbrio. Um ecossistema é um conjunto relativamente homogêneo e organizado, composto de uma parte viva (biocenose) e de uma parte morta (biótopo). Cada ecossistema está encaixado noutro, estando o conjunto coberto pela biosfera. A ecologia corresponde a uma abordagem sistêmica baseada no estudo do entrelaçamento dos diversos ecossistemas, do menor ao maior. A psicologia ambiental e a ecologia são campos de estudos complementares na medida em que constroem um saber indispensável para compreender e adaptar os espaços e o quadro de vida às necessidades dos seres vivos.

Recentemente foi proposto o termo de antropossistema (Lévêque e colaboradores, 2003). O antropossistema pode ser definido como uma entidade estrutural e funcional, levando em conta as interações sociedades-meios, aos vários níveis de organização espaciotemporais, desde o local ao regional e ao global. A ênfase é posta sobretudo nas interações sociedades-meios e nos mecanismos de retroação (*feed-back*) das dinâmicas naturais e sociais imbricadas, isto é, na coevolução diacrônica dos subsistemas naturais e sociais que constituem o antropossistema. Integrando-se no quadro de uma abordagem sistêmica, o conceito de antropossistema inscreve-se na filiação da noção de ecossistema.

Os estudos sobre o ambiente precisam com frequência recorrer a conhecimentos específicos, o que obriga a psicologia ambiental a ir pedir à geografia, à arquitetura, ao urbanismo e à engenharia, ao planejamento e ao manejo ambiental, ou a integrá-los em estudos pluridisciplinares. Essas disciplinas têm em comum com a psicologia ambiental o seu objeto, o ambiente físico, isto é, tanto o ambiente construído como o ambiente natural. A psicologia ambiental reconhece-se complementar na análise das problemáticas ambientais, na medida em que a sua originalidade reside em levar em conta o indivíduo por meio da análise das percepções, cognições, representações e comportamentos relativos ao contexto ambiental em questão. De fato, a introdução da dimensão individual e social, específica da psicologia ambiental, é indispensável tanto para a compreensão dos fenômenos ambientais, como para a ação em termos de gestão ambiental.

1.2.2 A psicologia ambiental, uma psicologia aplicada

A unidade de análise da psicologia ambiental é a relação indivíduo-ambiente. Ora, de sua própria natureza, esta relação particular não pode ser posta em evidência senão na área do conhecimento. Por isso, a psicologia ambiental exerce a sua função segundo uma lógica indutiva, sendo as teorias geradas a partir de contatos ou fatos postos em evidência nessa área. Também as referências às exigências de Lewin (1936), concernentes ao vínculo integral entre teoria e aplicação, são com frequência citadas como modelo de funcionamento da psicologia ambiental. A orientação da psicologia ambiental é, ao mesmo tempo, teórica e voltada para a solução dos

problemas. Ela é também tanto uma subdisciplina da psicologia como uma profissão onde pesquisa e aplicação estão intimamente ligadas.

Na medida em que a psicologia ambiental está em contato direto com a realidade e responde aos problemas da sociedade, será ela uma simples aplicação da psicologia?

O fato de se interessar pela relação indivíduo-ambiente, implica que os modelos e teorias não possam ser geradas senão a partir de contextos reais onde esta relação pode ser posta em evidência. Os conceitos e modelos encontram suas raízes na vida real; elas não podem ser o objeto de uma transposição do laboratório para fora do mesmo; a generalização a partir de pesquisas de laboratório não capaz de resolver os problemas levantados no quadro concreto da psicologia ambiental. Ela é aplicada segundo a origem do questionamento, mas de modo algum no que concerne ao seu funcionamento. A pesquisa básica e a elaboração de conceitos e modelos teóricos ocupam aí um lugar tão importante como nos demais ramos da psicologia. Não se trata de uma aplicação dos princípios da psicologia e, em particular, de uma aplicação da psicologia social. A psicologia ambiental não se limita a uma análise do indivíduo na sua relação com um objeto ou em referência a esse objeto, como é o caso da psicologia política ou da psicologia econômica.

Todavia, pode-se considerar a psicologia ambiental como uma *psicologia aplicada* na medida em que as suas problemáticas são com frequência resultantes da demanda social em sentido lato e seus resultados concretos contribuem para a tomada de decisões em matéria de ambiente.

1.2.3 Uma definição

A psicologia ambiental “estuda o indivíduo no seu contexto físico e social, no intuito de desembaraçar a lógica das inter-relações entre o indivíduo e o seu ambiente, pondo em evidência as percepções, atitudes, avaliações e representações ambientais, de uma parte, e, da outra, os comportamentos e condutas ambientais que as acompanham” (Moser, 1991). Fischer, Bell & Baum (1984) definem a psicologia ambiental como “estudo das inter-relações entre o comportamento do indivíduo e o ambiente construído e/ou natural”, Stokols e Altman (1987) como “estudo do comportamento do bem-estar do homem relativo ao ambiente físico, no qual está sempre presente uma dimensão social”.

A psicologia ambiental interessa-se tanto pelos efeitos das condições ambientais sobre os comportamentos e condutas do indivíduo, como pela maneira como o indivíduo percebe ou age sobre o ambiente. Embora as análises possam tomar como ponto de partida tanto o indivíduo como certos aspetos físicos do ambiente (ruído, poluição, arranjo) ou sociais (densidade, heterogeneidade de população), elas desembocam, mais além da evidência das incidências particulares desses aspectos, numa explicação inter-relacional e sistêmica, apoiadas em análises multifatoriais (Moch & Moser, 1997). Na realidade, os fatores físicos e sociais estão inextricavelmente ligados em sua incidência sobre a percepção e o comportamento do indivíduo. Neste sentido, a psicologia ambiental estuda as inter-relações indivíduo-ambiente, tendo por objetivo identificar os processos que regem tal relação. Deste modo, podemos reter a seguinte definição:

A psicologia ambiental estuda as inter-relações do indivíduo com o ambiente em suas dimensões físicas e sociais.

Segundo o seu objeto, a psicologia ambiental tem sido e é, antes de tudo, uma psicologia do espaço, na medida em que analisa as percepções, as atitudes e os comportamentos do indivíduo em relação explícita com o contexto físico e social no qual ele evolui. As problemáticas com que se defrontam os psicólogos ambientais levam os pesquisadores e os que atuam na área a inserir as suas análises em dimensões espaciais e temporais. As noções de *espaço* e de *lugar* ocupam assim uma posição central. A psicologia ambiental cumpre a sua função sob vários níveis referentes ao espaço, permitindo caracterizar a relação indivíduo-ambiente nesses diversos níveis. Os diferentes níveis estão imbricados uns nos outros (bonecas russas). Em cada um deles, o indivíduo se encontra em inter-relação com o ambiente em suas dimensões tanto físicas quanto sociais. Deste modo, é possível distinguir (cf. Figura 2):

Figura 1.1: Níveis de análise sócio espaciais

	Ambiente físico	Ambiente social
nível 1 micro ambiente	Espaço privativo Alojamento, espaço de trabalho	nível individual e familiar
nível 2 meso-ambiente (ambiente próximo)	os espaços compartilhados: espaços semi-públicos, habitat coletivo, bairro, lugar de trabalho, parques, espaços verdes	nível interindividual e das coletividades de proximidade
nível 3 macro-ambiente (ambientes públicos)	ambientes coletivos públicos: cidades, aldeias, campo, paisagem	indivíduo / coletividade; comunidade; habitantes; agregados de indivíduos
nível 4 ambiente global	Ambiente na sua totalidade: Ambiente construído e natural; Recursos naturais	Nível societal Sociedade, população

Esta distinção é importante, porque permite analisar a relação indivíduo-ambiente em termos da relação ao ambiente, em suas dimensões físicas, e precisar as relações para com os outros implicados em cada um desses diversos níveis.

Os problemas em questão não são os mesmos segundo a escala em que nos situarmos. Em cada nível superior, os indivíduos com quem se partilha o espaço, não são só mais numerosos, como também se tornam cada vez mais anônimos e distantes. Em outros termos, se a distância social no interior do grupo familiar e da comunidade de proximidade (níveis 1 e 2) tiver por efeito uma partilha das mesmas aspirações, das mesmas necessidades e valores, essa partilha será mais problemática nos ambientes mais extensos tais como a cidade (nível 3) e ainda mais no nível 4, o nível do ambiente global.

Paralelamente, estas escalas permitem mostrar uma dimensão importante: as modalidades de domínio ou controle do ambiente. O grau de controle que o indivíduo pode ter sobre o ambiente, o sentimento de pertença, a apropriação ambiental, são

importantes e diretos no ambiente imediato, concebíveis ao nível de uma comunidade de vizinhança e mediatizáveis por representantes institucionalizados ao nível dos ambientes coletivos públicos, e dificilmente concebíveis ao nível global.

1.3 – Psicologia social e ambiental

Alguns autores (Fischer, 1992, na França; Bonnes & Sechiaroli, 1992, na Itália) falam, sem razão, de psicologia social ambiental, para dar a entender que eles estudam a relação do indivíduo com o ambiente físico e social, por um lado, e, por outro, que a psicologia ambiental procede diretamente da psicologia social e pode, portanto, ser considerada como uma aplicação dela. No que se refere à definição da psicologia ambiental, ao seu funcionamento e às suas relações com as outras disciplinas da psicologia, há que afirmar que a psicologia ambiental tornou-se inegavelmente numa disciplina absolutamente à parte. Pode-se, não obstante, levantar a questão do lugar que ocupa o social na psicologia ambiental.

Günther (2006) propõe três maneiras de interpretar a relação indivíduo-ambiente em função do estatuto e do lugar concedido à dimensão social. Isso evoca evidentemente abordagens e/ou concepções totalmente diferentes da relação com o ambiente, pelas quais é oportuno interessar-se. Levantar a questão da dimensão social permite, ao mesmo tempo, examinar a situação de fato da referência aos grupos e/ou às comunidades, e a maneira como participam as representações sociais na análise da relação com o ambiente urbano.

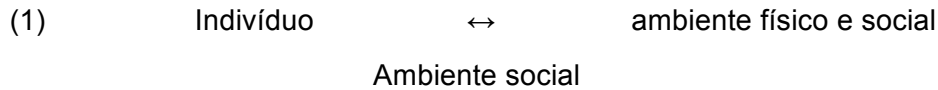
O primeiro esquema (1) ilustra a concepção clássica da psicologia ambiental: a interação do indivíduo com o ambiente físico e social (Moser & Uzzell, 2003). É nisso que a psicologia ambiental se distancia de uma abordagem de psicologia social ao ambiente. O ponto de partida dela é o indivíduo que percebe e interage com um ambiente caracterizado por aspetos, tanto físicos como sociais, intimamente ligados entre si. O ambiente não é independente dos aspectos sociais que contribuem para caracterizar-lhe.

(1) Indivíduo ↔ ambiente físico e social

O segundo esquema (2) refere-se à relação do indivíduo e dos grupos com o ambiente físico. Neste caso, o ambiente físico pode ser considerado como o território de grupos e/ou de comunidades. As problemáticas às quais remete uma tal definição apoiam-se na relação do indivíduo que pertence a um grupo ou a uma comunidade com um território determinado que participa também da definição do grupo ou da comunidade. Trata-se então mais de uma *psicologia comunitária* do que de uma psicologia ambiental.

(2) Indivíduo e grupos ↔ ambiente físico

O terceiro esquema (3) considera a relação do indivíduo com o ambiente físico como tributário do ambiente social no qual esta relação se realiza. Uma tal concepção está próxima do que Rouquette (2006) chama uma psicologia social do ambiente, na medida em que o ambiente é então pensado em função do contexto social, que ele próprio remete à comunidade de referência do indivíduo.



A análise da relação ao urbano não poderia privar-se da psicologia comunitária (cf. Moser, 2004b). Enquanto, ao nível do habitat e do bairro, o indivíduo se posiciona como tal em face do outro, e, ao nível da sua relação com o ambiente global, age como indivíduo face às pressões sociais e institucionais, ao nível do ambiente urbano, ele raciocina em termos de pertença grupal ou comunitário face a outros grupos e/ou comunidades e territórios respetivos. Para analisar a relação do indivíduo com o ambiente urbano, a psicologia comunitária revela-se um meio de abordagem muito útil.

Para a psicologia comunitária, o grupo e a comunidade não são senão agregados de indivíduos e é na relação com outrem, da mesma maneira que na relação com o seu ambiente, que se pode analisar e compreender o comportamento do indivíduo. A comunidade é uma “convivência⁴ organizada de uma forma mais ou menos institucionalizada num determinado território” (Amerio, 2000, p. 43). Pertencer a uma comunidade é viver conjuntamente num território e identificar-se com os outros que partilham esse mesmo território. As nossas cidades albergam, cada vez mais, populações culturalmente heterogêneas e a percepção da cidade está estreitamente ligada à percepção das comunidades que fazem parte desse tecido urbano.

1.4 – As dimensões culturais e temporais

O contexto ambiental em que têm lugar as percepções, que se formam as atitudes e comportamentos e onde os comportamentos têm lugar, se insere na temporalidade. Nós não podemos compreender o espaço e o lugar sem levar em conta o tempo. O ambiente não é apenas experimentado agora, no presente; ele afeta igualmente a nossa interpretação do presente. E o ambiente tem um futuro que, mediante as representações antecipatórias, nos guia em nossas ações (Doise, 1976). As abordagens em termos de transações indivíduo-ambiente levam em conta a dimensão temporal, na medida em que elas constituem em si uma unidade temporal de análise.

Embora presente em filigrana, a referência à dimensão temporal da relação com o ambiente físico e social está raramente explícita. As abordagens, no que diz respeito às transações, isto é, ao sistema de interdependências, se inserem, contudo, numa

⁴ Este termo, de uso corrente no italiano, espanhol e português, só foi adotado pela Académie Française em 26 de outubro de 2004 para designar “a vida de uns com os outros”.

transformação mútua a longo prazo. As transações entre o sujeito e o ambiente integram tanto a experiência do indivíduo como os seus projetos, suas representações e suas ações e inserem-se, portanto, na temporalidade. Para a abordagem transacional, a unidade de análise não é o ambiente ou o indivíduo, mas os acontecimentos, e a mudança é intrínseca ao sistema indivíduo-ambiente.

As referências à dimensão temporal mostram-se úteis a todos os níveis de análise costumeiros na psicologia ambiental e permitem ter uma visão mais dinâmica da maior parte dos fenômenos que são de interesse para esta disciplina.

A análise referente ao tempo tem de ser adaptada à dimensão humana. O ciclo da vida humana é diferente da duração da vida do ambiente construído e das temporalidades próprias do ambiente natural. Assiste-se, com frequência, a acomodações indivíduo-ambiente, umas vezes ajustamentos, outras, incompatibilidades. A relação com o ambiente não depende, pois, unicamente do ciclo de vida do indivíduo, mas também da evolução das necessidades que são, elas próprias, culturalmente caracterizadas. Do mesmo modo, nem só as relações com o ambiente natural e o ambiente construído são culturalmente caracterizadas; também as durações de vida própria são diferentes de uma cultura para a outra (habitat ocidental, habitat oriental, africano, etc., ritmos da natureza), o que condiciona inegavelmente as respetivas relações. Mais particularmente, se houver interesse pelas principais temáticas desenvolvidas pela psicologia ambiental, há de se notar que a dimensão temporal está presente na maior parte das pesquisas, mas ela não tem constituído objeto de um interesse explícito.

As análises que têm por objeto o ambiente em termos de *exposição às condições físicas e sociais*, põem em evidência as cognições e comportamentos dos indivíduos expostos a essas condições, seja pontualmente, seja de maneira durável, especialmente nas grandes cidades. Os resultados só raramente são analisados em termos de adaptação e comparação antes/depois, mesmo que se possa supor que, na ausência de limitações, o indivíduo volte a uma reatividade de base. Posto de lado o conceito de desamparo aprendido, poucas pesquisas analisam este aspeto em termos de tempo de exposição e de duração dos efeitos. Os efeitos do ruído, da temperatura, dos odores, da densidade, das reações às condições físicas, e os comportamentos ambientais (relações sociais; agressão; ajuda a outro) não se referem, a não ser excepcionalmente, à dimensão temporal.

As análises concernentes à *percepção, avaliação e representação do ambiente*, tanto construído quanto natural, não fazem, em geral, senão implicitamente referência às dimensões temporais e culturais. A evolução da cognição ambiental estudada pelos mapas cognitivos permite caracterizar o modo como se constrói no sujeito a representação do ambiente. A avaliação ambiental e a expressão das emoções concernentes ao ambiente são fortemente dependentes das dimensões temporais, históricas e culturais e, portanto, tributárias da memória.

A mobilidade crescente deste fim de século levanta igualmente a questão dos *ritmos e das suas relações territoriais*. Pode-se distinguir os territórios urbanos de ritmos de vida contínuos onde as marcas do tempo estão em vias de desaparecer, e os territórios rurais como espaços tradicionalmente ritmados, lentos, progressivamente fora de hora e marginalizados. Dois tipos de espaços coexistem no meio urbano: os lugares de descanso e de lazer, espaços de uso temporal, onde predomina a demora,

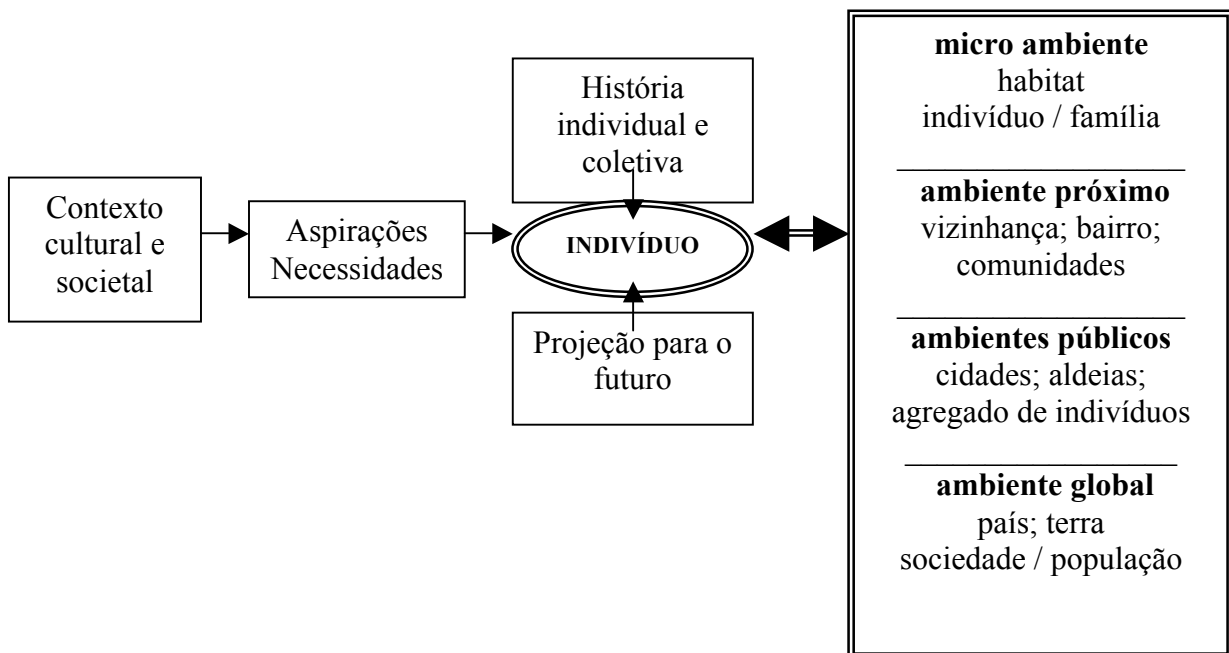
e os espaços atemporais ou, pelo menos, totalmente independentes dos ritmos naturais, tais como os grandes centros urbanos de uso múltiplo.

Da mesma maneira, a *noção de proximidade*, com o desenvolvimento das novas tecnologias, declina-se cada vez mais em termos de tempo. Isso modifica necessariamente as percepções espaciais e os investimentos ambientais. As percepções e representações do (ou dos) território(s) são certamente diferentes em função dos indivíduos, da sua posição social, da sua mobilidade e do seu ciclo de vida.

Finalmente, a dimensão temporal intervém de modo recorrente na preservação do ambiente e dos recursos naturais. Com efeito, uma das condições de adoção de comportamentos pró-ambientais é a capacidade de se projetar no futuro, ocorrendo a capacidade de raciocinar para além do seu próprio ciclo de vida e de agir em favor das gerações vindouras.

1.4.1 O contexto das relações indivíduo-ambiente

Tendo por referência as dimensões sociais e culturais, a psicologia ambiental considera que o indivíduo, em sua relação com os diferentes espaços, está condicionado pelo contexto cultural e social, no qual evolui, pela sua história e suas aspirações, em presença desse espaço. Em outros termos, a relação do indivíduo com o ambiente não se pode compreender, se não se levar em conta, ao mesmo tempo, contextos culturais e sociais em que essa relação se realiza. É a história, tanto a coletiva como a individual, que condiciona as percepções e comportamentos, assim como as necessidades e aspirações particulares. Esta interação também será tributária da projeção do indivíduo no futuro, sempre relacionada com o ambiente, com o qual o indivíduo está em interação.

Figura 1.2: O contexto das relações indivíduo-ambiente

Sendo assim, seja qual for a dimensão ambiental com a qual o sujeito está em interação, o conjunto desses fatores determina a maneira como o indivíduo vai perceber e agir nesse ambiente.

Resumo

A psicologia ambiental estuda as inter-relações do indivíduo com o ambiente nas dimensões físicas e sociais. Ela coloca o indivíduo no centro de sua relação com o ambiente na qual, por definição, a relação de um com o outro [indivíduo-ambiente] está incluída, qualquer que seja a escala de análise: a habitação, o bairro, a cidade ou o ambiente em sua totalidade. As análises em termos da relação indivíduo-ambiente não podem ser realizadas senão no local, a psicologia ambiental é então, necessariamente, uma psicologia aplicada.

Tendo surgido nos anos setenta em resposta às questões arquiteturais, a psicologia ambiental pouco a pouco se desenvolveu em diferentes países da Europa. Ora considerada como uma vertente da psicologia social, ora como disciplina independente, ela afirmou sua posição em relação às disciplinas conexas que tratam do ambiente: geografia, sociologia, ecologia, etc. Interessando-se pelo contexto da relação com o ambiente, a psicologia ambiental leva em conta o cenário cultural e a dimensão temporal notadamente por meio da história pessoal do indivíduo.

Noções-chave

Ambiente físico

Ambiente social
Escala de análise
Dimensão cultural
Dimensão temporal
Aspirações
Espaços
Psicologia social
Análise no local
Psicologia aplicada

Questões

1. Qual a utilidade de falar em termos de escalas espaciais?
2. O que distingue os diferentes espaços da moradia ao ambiente global?
3. Em que sentido todo ambiente tem uma dimensão física e uma dimensão social?
4. A psicologia ambiental é uma vertente da psicologia social?
5. Qual a especificidade da psicologia ambiental como disciplina?
6. Por que a psicologia ambiental é uma psicologia aplicada?
7. Qual o interesse em introduzir as dimensões temporais e culturais na análise da relação indivíduo-ambiente?
8. Quais são os aspectos significativos da dimensão temporal na relação indivíduo-ambiente?